Temas relevantes da agenda federativa

Março de 2013

ipea Por um Brasil desenvolvido

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Agenda federativa

Março de 2013

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

Colaboraram para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Daniela Rabello Nogueira (pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA) e Crislaine do Nascimento (da Sub-Chefia de Assuntos Federativos da SRI).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

antonio.lassance@ipea.gov.br

Agenda federativa

Março de 2013

Análise

Algumas decisões de março serão cruciais para o federalismo brasileiro

O mês de março de 2013 é marcado por um conjunto de decisões cruciais para o federalismo brasileiro. Elas estão concentradas, a princípio, nos dias 6, 15, 19 e 31.

No dia 6, a votação do veto presidencial ao projeto dos "royalties" do petróleo, além da Lei Orçamentária Anual para 2013.

No dia 15, ocorre o primeiro pagamento dos benefícios do programa *Brasil Carinhoso* a 2,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza que já constavam do *Bolsa Família*. O fato pode ser considerado um marco para o fim a miséria, na medida em que, a partir de então, todas as pessoas extremamente pobres que estão cadastradas e já recebem o *Bolsa Família* receberão uma complementação para superarem o patamar mensal de R$ 70 per capita. O MDS estima que mais 700 mil ainda precisem ser cadastradas até 2014.

O dia 15 é também a data estipulada para o acordo entre governo e portuários em torno da Medida Provisória (MP) 595, que moderniza os portos e abre novas concessões. Até lá, não ocorrerão licitações e governo não editará decretos regulamentando a MP. Enquanto isso, o Congresso promove as audiências públicas sobre o assunto. O tema afeta estados e municípios portuários e todos aqueles que dependem dos corredores de exportação para o escoamento de sua produção.

Para o dia 19, está prevista a votação da proposta de novo critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE[1]) no Senado. A proposta em discussão, formulada pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA)a, mantém o repasse dos recursos conforme os valores atuais (vide gráfico 1), estabelecendo que os valores excedentes, doravante, serão calculados de acordo com a população e a renda per capita de cada estado.

[1] O FPE é composto por recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda. Pelos atuais critérios, as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste recebem cerca de 85%, enquanto o Sul e Sudeste, 15%.

Agenda federativa

Março de 2013

Gráfico 1 - Distribuição de recursos do FPE em 2012

Fonte: SENADO FEDERAL, 2013

Para o dia 31, há o indicativo de votação, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), da proposta de resolução do Senado que reduz o ICMS para 4% (no prazo de até 12 anos). A proposta do Senado segue em paralelo à discussão da MP 599/2012, que trata do tema e estabelece compensações aos estados por essa redução do ICMS. O objetivo é por fim à chamada “guerra fiscal”. A MP 599 está sob análise de comissão mista do Congresso e segue em discussão ao longo deste mês. A partir do dia 21 de março, passa a trancar a pauta de onde estiver tramitando (Câmara ou Senado).

Agenda federativa

Março de 2013

PAC e desenvolvimento regional

O mês é também marcado pela apresentação, aos governadores, da proposta para uma nova seleção de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento para as áreas de saneamento, mobilidade e pavimentação (dia 6, no Palácio do Planalto).

Ocorre, durante este mês, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, na semana de 18 a 22 de março, que discute as políticas de desenvolvimento regional federal e de cada um dos estados.

Questões relacionadas às políticas para as mulheres e com interface federativa

O Dia Internacional da Mulher é tradicionalmente marcado pela discussão do tema da violência contra a mulher em cada um dos estados brasileiros e em seu conjunto. Os movimentos de mulheres camponesas organizam manifestações que pedem inclusão das mulheres em políticas públicas de crédito e comercialização agrícola. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desenvolvem, ao longo do mês, mutirões de documentação de mulheres trabalhadoras rurais.

Mudança institucional de peso na questão do saneamento

Uma importante mudança institucional, que pode contar com decisão final ao longo do mês, se refere às definições estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que Estados e municípios atuem de maneira compartilhada na prestação de serviços de saneamento. A decisão foi tomada, no mês passado, após 12 anos de debates na Corte.

O Tribunal determinou que não pode haver preponderância nem do Estado e nem dos municípios na prestação desse serviço, devendo ambos os entes criar entidades para tratar do problema e definir quem fará a prestação dos serviços.

O próximo passo do STF é estabelecer prazo para que os entes federados se ajustem à decisão. A proposta agora em discussão é a de que se estabeleça um prazo de 24 meses, a contar da decisão do STF, para se implementar a decisão.

Para tanto, é preciso que a decisão seja tomada em reunião do pleno e que conte com maioria de dois terços dos ministros.

A decisão representa, a rigor, uma derrota para os municípios, que sofrem uma limitação em sua competência sobre a área. Ao mesmo tempo, a posição do STF forçará um redesenho institucional das políticas de saneamento para as regiões metropolitanas, principais localidades afetadas pela decisão.

Quadro financeiro dos municípios apresenta melhora dos repasses do FPM

A situação financeira das prefeituras demonstra, neste primeiro trimestre do ano, uma mudança de expectativas, diante da recuperação das receitas do FPM. Há um crescimento real de quase 10% nesses dois primeiros meses do ano, fruto da forte arrecadação federal, que compensou as desonerações realizadas ao longo de 2012. O FPM de março tem a previsão de uma queda, mas equilibrada pelo grande aporte do FPM realizado em fevereiro e que deve ser retomado, em patamares mais elevados, em abril, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2013).

Transportes: problema estrutural e crise latente

No período compreendido entre março e abril, a questão do transporte urbano pontua fortemente em razão da maioria das capitais e grandes cidades ainda não ter promovido o reajuste das tarifas de ônibus urbanos.

A situação se agrava por fatores estruturais que se acumulam ao longo dos anos e que demandariam soluções na linha propugnada pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 2012). A política instituiu diretrizes nacionais que orientam a integração da política de transportes urbanos com a política de desenvolvimento urbano, a prioridade dos modos de transportes não motorizados em relação aos motorizados e do transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, entre outras.

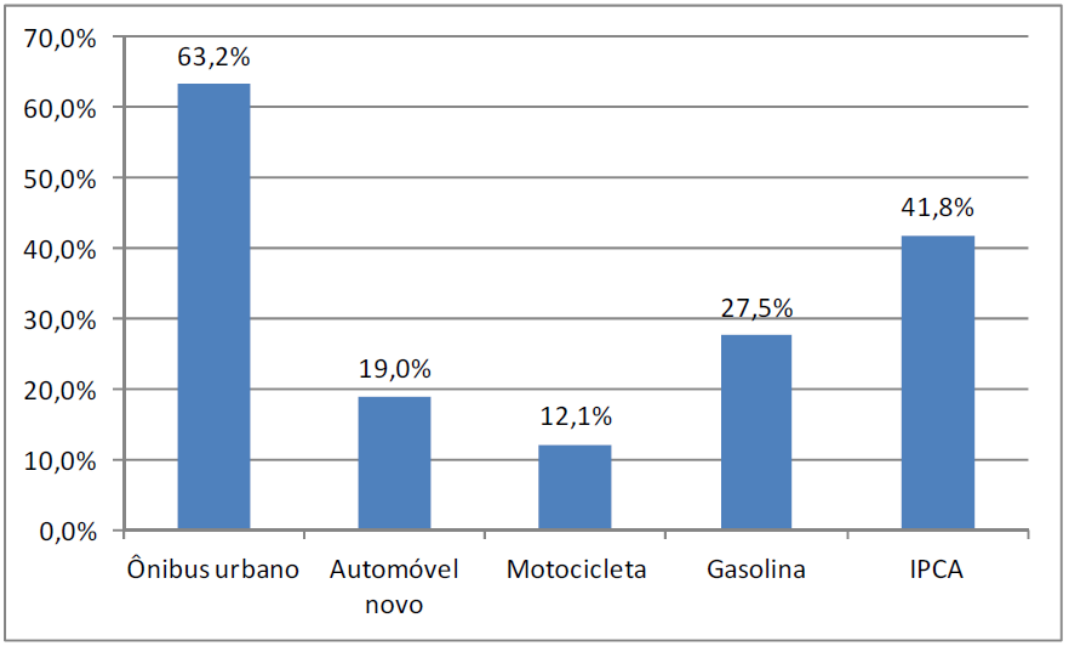
O quadro contrasta com o histórico estímulo ao transporte privado nas cidades brasileiras. Conforme estudo do IPEA sobre o assunto (IPEA, 2012), os preços do automóvel e da gasolina subiram muito menos que a inflação medida pelo

Agenda federativa

Março de 2013

IPCA, enquanto o preço das tarifas de ônibus urbanos subiu cerca de 15% acima da inflação (vide gráfico 2).

Gráfico 2- Variação acumulada dos preços do automóvel, da gasolina e da tarifa de ônibus urbano no Brasil (jan/2003 a jan/2009).



Fonte: Elaboração Ipea com dados do IPCA/IBGE

Agenda federativa

Março de 2013

Data	Questões da agenda federativa
1º.	▪ De 1º de março a 30 de abril, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passa a receber as propostas de projetos do programa "Terra Forte", que disponibilizará recursos para a formação ou fortalecimento de agroindústrias e para a comercialização de produtos de cooperativas e associações de assentados da reforma agrária.
3	▪ Eleições municipais em Eugênio de Castro (RS), Novo Hamburgo (RS), Sidrolândia (MS), Camamu (BA), Balneário Rincão (SC), Campo Erê (SC), Criciúma (SC), Tangará (SC), Bonito (MS).
5	▪ Previsão de votação do veto presidencial ao projeto dos "royalties" do petróleo. ▪ Previsão de votação da Lei Orçamentária Anual 2013 ▪ Congresso Mineiro de Vereadores (dias 5 e 6) ▪ I Seminário das Áreas de Proteção Ambiental do Brasil (a ser promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, em Brasília). Evento discute recomendações para a criação e implementação das áreas de proteção ambiental (dias 5 a 7).
6	▪ Reunião com governadores e prefeitos para tratar sobre nova seleção de projetos do PAC para saneamento, mobilidade e Pavimentação. Será realizada em Brasília, no Palácio do Planalto.

Agenda federativa

Março de 2013

7

- MDIC, em sua Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitivo das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), promove a 1ª Oficina Regional do Sudeste, em Vitória-ES

8

- Dia Internacional das Mulheres. Movimentos de mulheres camponeses organizam manifestações que pedem inclusão das mulheres em políticas públicas de crédito e comercialização agrícola.
- Tema da violência contra a mulher também é tradicionalmente relacionado à data.

9

- Prazo final para a prestação de contas a ser feita pelos estados, municípios e Distrito Federal sobre os recursos recebidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2011. Regularidade das contas garante a continuidade dos repasses do programa aos entes.

11

- Encontro preparatório da Frente Nacional de Prefeitos com o objetivo de divulgar a FNP e de preparar e divulgar o II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (II EMDS, 23 e 25 de abril, no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília).
- 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, organizada pelo Ministério do Planejamento, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

12

- Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitivo das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), do MDIC, promove a oficina governamental em Brasília

Agenda federativa

Março de 2013

13

- Tribunais de Contas Estaduais e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promovem o seminário "Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local", simultaneamente em todas capitais do País e no Distrito Federal. O objetivo é o acompanhamento da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006) pelos municípios brasileiros. Segundo o Sebrae, no Brasil, dos mais de 5.568 municípios, apenas cerca de 600 municípios implementaram efetivamente a lei.

14

- 3º Encontro de Prefeitos Eleitos do Rio de Janeiro, Organizado pela Associação dos Municípios do Estados do Rio de Janeiro (AEMERJ).

15

- Data estipulada para o acordo entre governo e portuários em torno da Medida Provisória (MP) 595, que moderniza os portos e abre novas concessões. Até lá, não ocorrerão licitações e governo não editará decretos regulamentando a MP. Enquanto isso, o Congresso promove as audiências públicas sobre o assunto.

- Primeiro pagamento da extensão do programa e Brasil Carinhoso às últimas 2,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, que já constavam do Bolsa Família. Considerado marco do fim a miséria. A partir de então, todas as pessoas extremamente pobres que estão cadastradas e já recebem o Bolsa Família receberão uma complementação para superarem o patamar mensal de R$ 70 per capita. O MDS estima que mais 700 mil ainda precisam ser cadastradas até 2014.

Agenda federativa

Março de 2013

18	▪ Ocorre a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como temas centrais: i) dimensão de política nacional; ii) perfil de política de Estado; iii) abordagem das desigualdades regionais em múltiplas escalas. Dias 18 a 22 de março, em Brasília – DF.
19	▪ Indicativo da mesa diretora do Senado para a votação da proposta de novo critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE).
21	▪ MP 605/2013 passa a trancar a pauta da Câmara (ainda pode contar com prorrogação). Altera a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002). Os recursos da conta serão utilizados para compensar redução na tarifa de energia. ▪ MP 587/2012 passa a trana car a pauta da Câmara (já foi objeto de prorrogação). Dispõe sobre os valores já empregados (2012) no Garantia-Safra, benefício concedido no âmbito do Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Atende à região Nordeste; ao norte de Minas Gerais, compreendendo o Vale do Mucuri e o Vale do Jequitinhonha, e ao norte do Espírito Santo, ou seja, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que sofrem perdas regulares de safra por motivo das secas ou enchentes.

Agenda federativa

Março de 2013

31

- Indicativo para a votação da proposta de resolução do Senado que redução o ICMS para 4% (no prazo de até 12 anos)na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A proposta do Senado segue em paralelo à discussão da MP 599/2012, que trata do tema e estabelece compensações aos estados por essa redução do ICMS. O objetivo é por fim à chamada “guerra fiscal”. A MP 599 está sob análise de comissão mista do Congresso e segue em discussão ao longo deste mês. A partir do dia 21 de março, passa a trancar a pauta de onde estiver tramitando (Câmara ou Senado).

Agenda federativa

Março de 2013

Ao longo do mês

- Os estados estão em pleno processo de regulamentação do Código Florestal, no que compete ao papel dos órgãos estaduais, e de elaboração dos Planos de Regularização Ambiental (que devem ficar prontos até 25 de maio). Em alguns estados, está em curso a Campanha Nacional de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal, por iniciativa de organizações civis. Alguns governos montaram grupos de trabalho para garantir a participação social ao longo do processo.

- Mutirões de documentação de mulheres trabalhadoras rurais serão realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Expectativa é de que 24 mil mulheres sejam beneficiadas.

- Ao longo do mês, será possível ter uma análise consolidada do quanto o regime de chuvas, que tradicionalmente encerra-se a partir de agora, contribuiu da situação dos reservatórios das barragens e para a segurança do fornecimento de energia elétrica.

- O plenário do CNJ deve votar ampliação do cadastro de pessoas que

praticaram crimes contra a administração pública. Isso ampliará o rol de pessoas atingidas pela Lei da Ficha Limpa, que impede que concorram a eleições candidatos que estejam condenados, em órgão colegiado, por crimes contra a administração pública, como peculato, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, crimes contra a ordem tributária fraude em licitações.

- Início a expansão do "Água para Todos" para além dos municípios da região do semiárido. O Estado do Amazonas começa a receber, neste mês, os agentes responsáveis pelo diagnóstico e cadastro para a distribuição de cisternas.

- Ocorrem as conferências municipais, regionais e estaduais com vistas à IV Conferência Nacional do Meio Ambiente (de fevereiro a agosto de 2013).

Referências:

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Previsão anual 2013.** Brasília: Secretaria do Tesouro nacional, 2013. Disponível em <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/Projecao_Fundos_2013.pdf> Acesso em de 3 março 2013.

IPEA. Gastos das famílias das regiõesmetropolitanas brasileiras comtransporte urbano. **Comunicado Ipea** n.º 154. Brasília: Ipea, 20 de setembro de 2012. Disponível em em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120920_comunicadoipea0154.pdf> Acesso em de 3 março 2013.

SENADO FEDERAL. Como ficou a distribuição de recursos em 2012. **Jornal do Senado.** Brasília: Senado Federal, 22 de fevereiro de 2013. Disponível em < http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2013/02/22/imagens/info_pag3.jpg> Acesso em 3 de março de 2013.